



O SERVIÇO DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA

Línea temática 5. Políticas nacionales e institucionales

Michelle C. Silva Toti
UNIFAL-MG

mcristines@gmail.com

Amanda Rezende Costa Xavier
UNIFAL-MG

Edna de Oliveira
UNIFAL-MG

Luciana Maria Oliveira Ribeiro
UNIFAL-MG

Resumo. O presente trabalho objetiva abordar o serviço de apoio pedagógico oferecido aos estudantes universitários, frente ao contexto de expansão e democratização do ensino superior brasileiro, delimitando o espaço que esse serviço tem ocupado nas universidades federais brasileiras. A literatura utilizada se respalda em estudos que tratam do tema da evasão no ensino superior, e a consequente necessidade de serem ofertados serviços que promovam a inserção e permanência do estudante na universidade. O percurso metodológico conta com um levantamento do serviço de apoio pedagógico nas universidades federais brasileiras, e com uma análise de experiência de um serviço de apoio pedagógico desenvolvido em uma Universidade Federal brasileira, situada no sul do estado de Minas Gerais. Os resultados apontam que há procura pelos serviços, por parte dos estudantes, e que a universidade tem buscado construir a identidade do serviço de apoio pedagógico a partir do estabelecimento de parcerias e trabalho coletivo. Desta forma, a discussão procura contribuir com o campo, apresentando dados que demonstram a efetiva necessidade da oferta do serviço de apoio pedagógico no ensino superior, frente ao novo perfil do alunado atendido nas universidades públicas federais brasileiras.

Palavras-Chave: Educação Superior, Assistência Estudantil, Apoio Pedagógico.

1 Introdução

A educação superior brasileira passou por mudanças significativas a partir da década de 1990 e, especialmente, a partir de 2003 devido às políticas de expansão universitária que resultaram em um significativo crescimento da oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), e a alguns avanços nas políticas de permanência estudantil. Essa expansão se deve, especialmente, a programas como os de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Universidade para Todos (ProUni), e o de Financiamento Estudantil (Fies), juntamente com as políticas de reserva de vagas (política de cotas) e o aumento da oferta de cursos superiores a distância. Essas políticas, apesar de ainda terem um alcance restrito, têm contribuído para aumentar as chances de ingresso e para modificar o perfil do estudante na educação superior. Esse conjunto

de políticas promoveu a transformação do perfil socioeconômico dos estudantes, elevando para mais de 50% os que têm renda familiar média de até 3 salários mínimos (ANDIFES, 2016). Esses números se consolidaram com a política de democratização de acesso ao ensino superior instituída pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como política de cotas, que dentre outras questões determina que

“as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.”

Assim, frente às políticas de acesso ao ensino superior, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabeleceu como meta que a taxa líquida de matrículas na Educação Superior alcance 33% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos em 2024. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), em 2015 essa taxa alcançou 18,1%, incluindo a pós-graduação. À vista disso, segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2017), houve um crescimento de 96,5% no número de matrículas nos cursos de graduação entre os anos de 2003 e 2014. Em 2015, o número de ingressos na educação superior foi de 2.920.222 (INEP, 2016) nos cursos presenciais e à distância. Destes, 534.361 em instituições públicas, sendo 283.917 em universidades federais. Esses dados demonstram o real incremento no número de matrículas e consequente acesso ao ensino superior, promovido pelo conjunto de políticas mencionadas, nos últimos dez anos.

À vista disso, com a Portaria Normativa MEC 39/2007 e, posteriormente, o Decreto 7234/2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Essa política de assistência estudantil, expressa no Pnaes, não se restringe a auxílios financeiros, visto que essas ações se delimitam como políticas de permanência estudantil, ou seja, “abarcam não somente o aporte financeiro, mas, também, outros fatores que estão direta ou indiretamente relacionados com a evasão, como [...] a distância da família, a não adaptação ao curso, questões pessoais, dificuldades pedagógicas, problemas de saúde, entre outros” (Gómez e Torres, 2015, p. 73). Logo, espera-se que as ações do Pnaes sejam desenvolvidas contemplando diferentes áreas, dentre as quais destacamos o apoio pedagógico aos estudantes universitários.

É nesse contexto, portanto, que o presente trabalho se desenvolve, com o objetivo de abordar uma das áreas específicas previstas no Pnaes, o apoio pedagógico, delimitando qual o espaço que essa área tem ocupado nas universidades federais brasileiras. Para tanto, após ancorarmos a temática na literatura, efetuamos um levantamento do serviço de apoio pedagógico prestado aos estudantes nas universidades federais brasileiras, e, em sequência, realizamos uma análise de experiência acerca de uma proposta em construção, relativa ao serviço de apoio pedagógico desenvolvido em uma Universidade Federal brasileira, situada no sul do estado de Minas Gerais. O percurso deste estudo se orienta, enfim, no pressuposto de que essa é uma área importante para ampliar as condições de permanência dos estudantes da educação superior, especialmente, neste contexto de ampliação do perfil do estudante universitário.

2 Apoio pedagógico ao estudante universitário

Almeida e Soares (2003) defendem que fatores de ordem social, econômica, vocacional e acadêmica podem interferir no percurso acadêmico do estudante universitário, estando combinados ou não. Entretanto, a dimensão acadêmica é a que mais exige do universitário, pois requer “adaptações constantes aos novos ritmos e estratégias de aprendizagem, ao novo estatuto de aluno e aos novos sistemas de ensino e avaliação” (ALMEIDA, SOARES, 2003, p. 19). Considerando as definições dadas pelos autores a cada um desses fatores, assumimos por serviços de apoio

pedagógico, aqueles que contemplam a dimensão acadêmica, ou seja, oferecem apoio aos estudantes no que tange às exigências relacionadas ao estudo, às responsabilidades, aos ritmos e estratégias de aprendizagem e avaliação.

Pesquisas realizadas com estudantes da educação superior concluíram que o ingresso no Ensino Superior pode desencadear problemas como dificuldades de estudo, atenção, concentração, ansiedade e, mesmo, mal-estar físico (BESSA, TAVARES, 2000) e que as dificuldades relacionadas ao ensino e aprendizagem e dificuldades pedagógicas estão entre as mais citadas pelos estudantes (PELISSONI, TITTANEGRO, FAHL, 2008; BELLODI et al., 2004). Esses trabalhos demonstram a importância de garantir, dentro das instituições, serviços que atendam os estudantes nas questões pedagógico-acadêmicas como um importante meio para fomentar a permanência na educação superior. Essa lógica é referendada por diversas pesquisas que apontam questões de aprendizagem e adaptação à rotina universitária como importantes causas de evasão na educação superior (LOBO, 2012; MOROSINI et al., 2008; SOUZA, PETRÓ, GESSINGER, 2012).

Sob essas assertivas observamos que as políticas de permanência dos estudantes, em sua maioria, estão relacionadas às ações de distribuição de auxílios financeiros para custeio de alimentação, moradia e transporte, entre outros gastos que os estudantes adquirem com sua vida acadêmica. Sem dúvida essas políticas são essenciais, especialmente para propiciar que estudantes oriundos de famílias de baixa renda tenham condições de permanecer no ensino superior. Porém, não contemplam todos os aspectos acadêmicos e institucionais, que têm forte impacto na retenção e evasão, como aqui apontado.

3 Mapeamento do apoio pedagógico oferecido aos estudantes nas IFES brasileiras

Tomando como recorte de pesquisa o apoio pedagógico previsto no Pnaes, mapeamos o atendimento e prestação desse serviço nas universidades federais. Segundo a consulta realizada em agosto de 2017 no portal do Ministério da Educação (MEC <<http://emec.mec.gov.br/>>), há no Brasil 63 universidades federais. Foi realizado um levantamento nas páginas eletrônicas de todas essas instituições para identificar quais disponibilizam serviços de apoio pedagógico aos discentes. A busca considerou apenas serviços institucionais, ou seja, aqueles que atendem a todos os alunos da instituição; assim, em decorrência do recorte deste trabalho, desconsideramos as iniciativas específicas de cursos ou institutos.

Das 63 instituições, 45 divulgam em suas páginas serviços de apoio pedagógico. Embora os nomes diferenciem-se entre as instituições, predominam as designações que remetem ao termo pedagógico em 25 das universidades (apoio pedagógico, atendimento pedagógico, acompanhamento pedagógico, serviço de pedagogia, orientação pedagógica). Os demais serviços utilizam nomes que buscam caracterizar seu aspecto acadêmico e, muitas vezes, o atendimento multidisciplinar: apoio ao aprendizado/aprendizagem, atendimento psicoeducacional, apoio psicopedagógico, promoção socioacadêmica, etc. Esse levantamento demonstra que as universidades têm compreendido que atender a área de apoio pedagógico do Pnaes passa por oferecer serviços que tratem das questões acadêmicas do percurso universitário. Essa consideração é possível a partir da observação das atividades e serviços prestados, disponibilizadas nas páginas institucionais das IES, que é indicativo de como tem se constituído esses serviços. É cabível destacar que as informações disponibilizadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior, em suas páginas eletrônicas, não se ocupa de apresentar as concepções que fundamentam os serviços, o que limita o aprofundamento da questão nesse trabalho. Consideramos, entretanto, que essa situação decorre do fato de o Decreto 7234/2010 permitir que cada instituição decida como contemplar as áreas do Pnaes. Essa previsão legal possibilita que a área de apoio pedagógico seja atendida com diferentes ações como, por exemplo, a universidade considerar auxílios para participação de alunos em eventos como apoio pedagógico.

Há que se apontar, ainda, que na literatura brasileira atual há poucos estudos sobre a concepção desse serviço e capacitação dos profissionais que neles atuam (pedagogos, psicólogos, técnico em assuntos educacionais). Buscamos em Santana et al. (2015) algumas considerações sobre a área, uma vez que as autoras realizaram uma análise do Programa Institucional de Apoio aos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (PIAPE). Os estudos de Santana et al. (2015) mostraram como o PIAPE é constituído e como foi construído. As autoras concluem que a universidade brasileira ainda não consegue oferecer, adequadamente, apoio aos estudantes que apresentam dificuldades no seu percurso acadêmico da graduação. Destacam, ainda, que muitos estudantes não sabem que há um local de apoio ou têm medo de serem discriminados ao procurarem por serviços semelhantes. Muitos sabem que estão com dificuldades, mas não sabem quais são ou o que fazer para resolvê-las. Com isso, o estudo salienta a importância da qualificação dos profissionais que atuam na instituição para lidar com esses estudantes, sendo

necessária uma grande mudança na preparação de profissionais, professores e ainda de ações para esse grupo de alunos que ficam marginalizados em torno de preconceitos e de rótulos de “maus alunos”. Esse rótulo é legitimado pelo próprio aluno quando não busca apoio para não ser diferente dos demais. Assim, é necessário discutir essas questões a partir de um universo maior do que somente analisar a dificuldade do aluno (SANTANA et al., 2015).

4 Serviço de apoio pedagógico aos estudantes na UNIFAL-MG

A partir dos referenciais aqui apresentados, realizamos estudo sobre a construção do serviço de apoio pedagógico de uma universidade federal brasileira, situada no estado de Minas Gerais, bem como do perfil dos estudantes atendidos nesse serviço.

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), originalmente, Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa), foi fundada em 1914 e, em 2005, com sete cursos, a Instituição foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), pela Lei 11.154/2005, dentro das ações de expansão da educação superior. Passou de uma instituição de ensino superior da área de saúde, com 7 cursos, para uma universidade com 3 câmpus, 33 cursos de graduação (sendo 3 a distância) e 18 programas de pós-graduação. A instituição tem, portanto, uma história peculiar, pois é uma universidade jovem, mas uma instituição centenária, com cursos respeitados nacionalmente e significativo número de egressos. No entanto, ao longo desses cento e três anos, não se construiu na instituição programas relevantes de apoio pedagógico aos estudantes.

Por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), as ações de assistência estudantil da UNIFAL-MG, contemplam os seguintes auxílios: Alimentação, Permanência, Creche, Atividade de Campo, Participação em Eventos Científicos, Isenção de Taxas em Eventos na UNIFAL-MG, Instrumental para aulas práticas, Curso de Idiomas, Participação em Eventos Esportivos, Participação em Eventos de Movimento Estudantil. Até 2016, o apoio pedagógico, especificamente, era contemplado na UNIFAL-MG por meio da concessão de auxílios para participação em eventos científicos e atividades de campo. Nota-se, até esse momento, que as políticas de assistência estudantil vêm se fortalecendo a partir da transformação da instituição em universidade, mas ainda há muito a caminhar na direção de ações que extrapolem a concessão de auxílios financeiros.

Tendo como objetivo o atendimento da nova realidade do alunado, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio do Departamento de Apoio Pedagógico (DAP), iniciou, em 2016, o atendimento de orientação educacional aos discentes da UNIFAL-MG, proposto no Projeto de Apoio Pedagógico aos Discentes dos cursos de graduação e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da instituição. O serviço de orientação educacional é desenvolvido com o apoio da PRACE, especificamente o Serviço de Acolhimento, que iniciou os atendimentos

em fevereiro de 2016. Este serviço é responsável por acolher os estudantes com dificuldades (pedagógicas, emocionais, psíquicas, socioeconômicas e outras), a fim de informar, encaminhar e viabilizar o acesso aos serviços ou profissionais existentes na instituição e fora dela, por meio de parcerias. Após acolhimento inicial, os alunos que apresentem a necessidade ou interesse são encaminhados para a orientação educacional.

No ano de 2016 foram realizados 52 atendimentos individuais de orientação educacional, envolvendo 26 estudantes encaminhados pela Prace, dos quais 4, mesmo encaminhados, não procuraram o serviço de orientação educacional. Tomando por partida o número de estudantes que procuraram apoio pedagógico, todos por indicação da Prace pois tratava-se do momento de partida dos serviços propostos, podemos inferir que um número significativo de alunos, dentre os atendidos pela Prace, demandavam esse tipo de atendimento e tiveram interesse no atendimento de apoio pedagógico institucional, mesmo sem a divulgação do serviço. Esses estudantes poderiam contribuir com números de evasão, decorrente das realidades impetradas pelo ingresso na vida acadêmica, caso não viessem a buscar o serviço de apoio.

Em que pese o perfil dos estudantes, a média de idade daqueles que foram atendidos na orientação educacional foi de 23,6 anos, sendo que a maior idade é 38 anos e a menor, 19 anos. Em relação ao sexo, foram atendidas 18 alunas e 7 alunos. Por sua vez, o coeficiente de desempenho acadêmico (CDA) também apresenta mínimas e máximas bastante discrepantes. A menor média é 1,79 e a maior 8,30, sendo que uma das estudantes ainda não tinha CDA, por ter ingressado no mesmo semestre em curso ao que solicitou atendimento. A média dos CDA dos estudantes atendidos no ano de 2016 foi 5,17. Dos 26 discentes, 12 eram assistidos pela Prace, isto é, recebiam auxílios financeiros da assistência estudantil. Assim, relativamente ao perfil dos estudantes que receberam atendimento pedagógico, são alunos fora da faixa etária considerada ideal para o ensino superior (18 a 24 anos), apresentam média acadêmica abaixo do mínimo estabelecido pela instituição (6,0) e o fato de serem encaminhados após procurarem a Prace, trouxe um perfil de aluno(a) que apresentava outras dificuldades associadas, há algum tempo, por isso resolveram buscar algum auxílio institucional.

Os alunos procuraram a Prace, por estarem com dificuldades e eram informados da possibilidade do apoio pedagógico. Essa lógica pode explicar o fato de não termos um número expressivo de ingressantes, pois estes ainda desconhecem o funcionamento institucional e os canais de apoio, além de tentarem outras formas de resolverem os problemas, antes de admiti-los institucionalmente. Esses resultados demonstram, ainda, a necessidade de divulgar o serviço e de oferecer ações voltadas aos ingressantes, uma vez que a literatura indica ser o primeiro ano da graduação um “período crítico, potencializador de crises e/ou desafios desenvolvimentais e como o principal determinante dos padrões de desenvolvimento estabelecidos pelos jovens ao longo de sua frequência universitária”, conforme asseveram Almeida e Soares (2003, p. 19)

Acerca das queixas dos estudantes, concernente às variáveis que vinham apresentando impacto negativo no desempenho acadêmico, a Tabela 1 as concentra em relação à frequência em que foram relatadas nos atendimentos individuais realizados em 2016.

Tabela 1 – Atendimentos individuais - 2016

Queixa	Frequência
Dificuldades em organizar o tempo	23
Ansiedade	18
Falta de motivação para estudar	16
Problemas financeiros e familiares que afetam os estudos	13

Dificuldades de memorização	12
Depressão e/ou Síndrome do Pânico	11
Falta de concentração	10

Fonte: Arquivos DAP / Prograd / UNIFAL-MG.

A observação das queixas frequentes se alinha às conclusões verificadas na literatura aqui discutida, pois confirmam dificuldades de natureza acadêmica (ALMEIDA, SOARES, 2003; PELISSONI, TITTANEGRO, FAHL, 2008; BELLODI et al., 2004), como a não organização do tempo e a falta de motivação para os estudos; bem como outras decorrentes dessas, como a ansiedade, a falta de concentração e casos de depressão agravados pelas dificuldades acadêmicas (BESSA, TAVARES, 2000). São, todos esses, elementos próprios e característicos da rotina acadêmica que quando não são bem assimilados pelos estudantes os levam ao risco da evasão (LOBO, 2012; MOROSINI et al., 2008; SOUZA, PETRÓ, GESSINGER, 2012).

Assim, no ano de 2016 foram realizados apenas atendimentos individuais de estudantes. No entanto, o atendimento individual não é o objetivo principal do serviço, que pretende atender um número maior de estudantes por meio de ações de atendimento coletivo, como oficinas, palestras, rodas de discussão, disciplinas eletivas, etc. Foi, portanto, a partir das análises e avaliação dos serviços prestados no ano de 2016, bem como das queixas dos discentes, que se orientou o planejamento de atendimentos coletivos que começaram a ser desenvolvidos em 2017. Nesse sentido, houve a ampliação dos atendimentos devido ao início das ações coletivas, sendo as oficinas de estratégias de aprendizagem e as palestras sobre temas importantes para a vida do estudante universitário, as primeiras ações coletivas desenvolvidas. Essas ações foram e estão sendo planejadas, de modo institucional e coletivo, envolvendo os profissionais do acolhimento, as pedagogas e docentes que têm interesse em atuar em ações de apoio aos estudantes.

Dias Sobrinho defende que

[...] a ‘democratização’ da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social dos jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1226).

É nesse sentido e sob essa concepção que o apoio pedagógico na UNIFAL-MG, que é bastante recente, vem sendo construído, avaliado e repensado.

Considerações Finais

A expansão da educação superior no Brasil e o fortalecimento das ações de assistência estudantil trouxeram a necessidade de aprofundar os estudos sobre o que caracteriza o apoio pedagógico e como essa área da assistência estudantil tem sido contemplada nas universidades federais. A área pode ser contemplada de acordo com a concepção da instituição do que seja esse apoio; assim, há instituições que oferecem auxílios financeiros para materiais, eventos e viagens técnicas como apoio pedagógico, mas, de acordo com levantamento realizado pelas autoras nas páginas eletrônicas das universidades, prevalecem os serviços que oferecem apoio aos estudantes na dimensão acadêmica.

Na UNIFAL-MG, universidade analisada nesse estudo, o apoio pedagógico é compreendido como um serviço de orientação educacional que aborda questões de aprendizagem e adaptação à rotina universitária como aspectos importantes para a permanência e sucesso acadêmico dos discentes. Assim, a instituição está construindo a identidade desse serviço, objetivando

contribuir com a diminuição da retenção e evasão de seus estudantes, fatores altamente excludentes frente às políticas de inclusão, permanência e democratização do ensino superior público.

Consideramos que o serviço de apoio pedagógico na universidade estudada vem construindo sua identidade, porque observamos que suas ações e concepções têm se construído à medida em que se adequa às necessidades dos estudantes. Entendemos, com isso, que a parceria com o serviço de acolhimento da Prace se mostrou imprescindível e produtiva, reforçando a concepção de que o trabalho coletivo e institucionalizado deve preceder à iniciativa isolada. Também atendimentos individuais e atividades coletivas se mostram parceiras, ao passo que ocorrendo em paralelo amplificam e potencializam as oportunidades de atendimento das dificuldades e necessidades dos estudantes. São, portanto, atividades distintas e complementares, que estruturam e reforçam o serviço de apoio pedagógico desenvolvido na instituição em análise.

Finalmente, consideramos que o pressuposto inicial que norteou os estudos pode ser reafirmado, pois, frente às atuais necessidades dos estudantes universitários, o apoio pedagógico se afirma como uma área importante para ampliar as condições de permanência dos estudantes da educação superior. Entendemos, contudo, que essa construção identitária ainda passará por muitos desafios nesse processo de consolidação do serviço. Há que se prever, institucionalmente, caminhos para contornar as dificuldades que possivelmente se configurarão, dotando os profissionais que atuam nessa área de condições para prosseguirem em seu trabalho de apoio, em contextos que efetivamente exigem esse trabalho.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. (2003). Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (orgs.). *Estudante universitário: características e experiências de formação*. São Paulo: Cabral Ed. e Livraria Universitária.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. (2016). *IV Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes de graduação*. Brasília, DF. Disponível em: <arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2016148075eca434327469c267f6e95dd/Perfil2016.pdf. Acesso em: 11 agosto. 2017.
- BELLODI, P. L.; MARTINHO, T.; MASSAROPPE, B.; MARTINS, M. A.; SANTOS, M. A. S. (2004). Temas para um programa de tutoria em medicina: uma investigação das necessidades dos alunos da FMUSP. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 28, n. 2, p. 119-127.
- BESSA, J.; TAVARES, J. (2000). Níveis de ajustamento e Auto-regulação acadêmica em estudantes do primeiro ano (comum) de Ciências e Engenharias. In: TAVARES, J.; SANTIAGO, R. A. *Ensino Superior (in)sucesso acadêmico*. Porto: Porto Editora. p. 107-132
- BRASIL. (2010). *Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Poder Executivo. Brasília, DF.
- DIAS SOBRINHO, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e Sociedade*, São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, v. 31, n.113, p. 1223-1245.
- GÓMEZ, Magela R. F.; TORRES, J. C. (2015) Discutindo o Acesso e a Permanência no Ensino Superior no Contexto do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). In: *Org & Demo*, Marília/SP, v. 16, n. 1, p. 69-88.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2016). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. Brasília: Inep.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2017). *Resumo Técnico. Censo da Educação Superior Brasileira*. Brasília: Inep.
- LOBO, M. B. C. M. (2012). Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. *ABMES Cadernos*, n. 25.
- MOROSINI, M. C. (Org.). (2008). *Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB*. Brasília, DF: Inep, p. 329-350.
- PELISSONI, A. M. S.; TITTANEGRO, F. S.; FAHL, A. C. (2008). Desenvolvimento estudantil: parceria entre o serviço de atendimento ao estudante (SAE) e a coordenação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da FAC 2. *Revista de Educação*, v. 11, n. 11, p. 27-38.
- SANTANA, A. P. O.; DONIDA, L. O.; MONTEIRO, A. L. L. C. P.; SILVA, S. M. (2015). Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. In: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.10, n. esp., p. 673-689.
- SOUZA, C. T.; PETRÓ, C. S.; GESSINGER, R. M. (2012). Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos: as possíveis causas e fatores que influenciam no abandono. Prevendo o risco do abandono. In: *Conferencia Latino Americana sobre el abandono em la educacion superior – CLABES, 2, Porto Alegre. Anais*. Porto Alegre: PUCRS.